CLIPPING INTERNET

11/01/2023 ATÉ 11/01/2023

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
2 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
2.1 SITE O MARANHENSE..... 2
3 CNJ
3.1 SITE JORNAL PEQUENO..... 3
4 DECISÕES
4.1 BLOG REPÓRTER TEMPO..... 4
5 DESEMBARGADOR
5.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 5
5.2 BLOG MALDINE VIEIRA..... 6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
11/01/2023 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
POSITIVA
Desembargador Ricardo Duailibe recebe a Medalha "Brigadeiro Feliciano Antônio Falcão"

Desembargador Ricardo Duailibe recebe a Medalha "Brigadeiro Feliciano Antônio Falcão"

Em solenidade realizada no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), no Calhau, nessa segunda-feira (9/1), o1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Ricardo Duailibe recebeu a mais alta honraria da PMMA, a Medalha do Mérito Militar "Brigadeiro Feliciano Antônio Falcão".

Além de entrega de medalhas, a solenidade teve promoção de oficiais e praças da PMMA e entrega de novas viaturas para a instituição. O vice-governador Felipe Camarão representou o governador Carlos Brandão.

MEDALHA

A Medalha do Mérito Militar Brigadeiro Falcão foi instituída em 21 de setembro de 1978 e tem como finalidade condecorar oficiais, praças e personalidades que prestaram relevantes serviços em prol da PMMA e da sociedade maranhense.

Irmã de Othelino era funcionária de gabinete de desembargador que teve sobrinha nomeada na ALEMA

POR MALDINE VIEIRA EM 11/01/2023 EM PODER
Irmã de Othelino era funcionária de gabinete de desembargador que teve sobrinha nomeada na ALEMA.
Nepotismo cruzado ou troca de favores. As nomenclaturas servem para classificar o verdadeiro escândalo envolvendo o Legislativo Estadual e o Judiciário Maranhense logo nos primeiro dias de 2023.

Nesta terça-feira, 10, reportagem do Blog do Maldine Vieira trouxe, com exclusividade, a nomeação da sobrinha do desembargador José Gonçalo Filho na Assembleia Legislativa do Maranhão (reveja).

O desembargador é o mesmo que abrigou a irmã do presidente Othelino em seu gabinete no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), entre fevereiro e novembro de 2021.

A informação consta em reportagem publicada por este blog em setembro de 2022, que revelou a passagem da irmã do presidente da ALEMA em pelo menos dois gabinetes de desembargadores do TJ, entre eles o de José Gonçalo Filho (reveja AQUI, AQUI e AQUI).

Flávia Alves, irmã de Othelino, foi candidata a deputada federal nas eleições de 2022, mas saiu derrotada nas urnas.

PONTO & CONTRAPONTO - Após meses de queda de braço, Câmara aprova finalmente o Orçamento de São Luís para 2023

Vereadores aprovaram Orçamento em sessão presidida por Paulo Victor (PCdoB)
O prefeito Eduardo Braide (PSD) pode começar a trabalhar de acordo com o Orçamento da Prefeitura de São Luís programado para este ano. É que depois de meses de puxa-encolhe, vai-não-vai, a Câmara Municipal aprovou ontem a Lei Orçamentária Anual (LOA), que dá o norte para a movimentação financeira da Capital ao longo dos próximos 12 meses. Pelo que foi estimado, o Orçamento da Prefeitura de São Luís movimentará R$ 4,3 bilhões neste ano, dinheiro que entrará nos cofres do Município na forma de transferências correntes (R$ 3,1 bilhões), receitas de capital (R$ 70,6 milhões) e operações de crédito (29,1 milhões). Os vereadores apresentaram 81 emendas, mas todas foram rejeitadas. Na queda de braço com opositores, o prefeito Eduardo Braide levou a melhor. Explica-se: os vereadores tentaram aumentar de 1.6% para 2% a fatia do Orçamento a ser transformada em emendas parlamentares. O prefeito firmou posição contrária e conseguiu e manteve a proposta de 1.6%. O prefeito Eduardo Braide está ainda autorizado a obter créditos adicionais e suplementares no valor de 25% da receita municipal. Houve quem previsse que o prefeito Eduardo Braide dificilmente conseguiria manter o projeto original. A previsão falhou, porque o prefeito de São Luís conseguiu aprovar quase integralmente a versão original da proposta orçamentária.

Penha e Paz deixam a liderança de Braide na Câmara

Raimundo Penha e Domingos Paz deixam a liderança de Eduardo Braide na Câmara Municipal de São Luís
Na mesma sessão extraordinária em que teve aprovado o seu Orçamento para 2023, o prefeito Eduardo Braide perdeu o seu líder na Câmara Municipal, vereador Raimundo Penha (PDT), e o seu vice-líder, vareador Domingos Paz (Podemos). Os dois anunciaram que a saída após a votação do projeto orçamentário.

Raimundo Penha alegou que pretende se dedicar mais ao exercício do mandato, o que significa se aproximar mais ainda do eleitorado, de olho nas eleições de 2024, quando tentará a reeleição. Há quem diga, porém, que a saída seria decorrência de possível possíveis desgastes na relação como PDT.

Já o vereador Domingos Paz vive uma situação complicada, acusado que foi de assédio sexual, e mesmo que tenha obtido na Justiça o trancamento do inquérito, conforme determinou o desembargador Bayma Araújo, corre o risco até de perder o mandato.

São Luís, 11 de Janeiro de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
11/01/2023 - SITE JORNAL PEQUENO
POSITIVA
Balcão virtual segue em atendimento durante suspensão de prazos processuais

Balcão virtual segue em atendimento durante suspensão de prazos processuais

O acesso à plataforma está disponível ao público das 8h às 18h
Fonte: Com informações da assessoria
Data de publicação: 11/01/2023

(Foto: Divulgação)

SÃO LUÍS – Embora os prazos processuais estejam suspensos até 20 de janeiro, período no qual não são realizadas audiências e sessões de julgamento, como previsto no artigo 220 do Código de Processo Civil, advogados, advogadas, partes e interessados(as) podem contar com o atendimento de informações relativas a processos judiciais por meio da plataforma de videoconferência Balcão Virtual, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Desde segunda-feira, dia 9, com a retomada do expediente normal, após o recesso forense do Poder Judiciário, o sistema retomou sua atividade, por meio do qual as secretarias e diretorias judiciais de primeiro e de segundo graus prestam atendimento ao público em geral de forma similar ao atendimento pelo balcão comum, com acesso remoto e imediato dos usuários aos serviços da Justiça.

O acesso à plataforma está disponível ao público das 8h às 18h, na página inicial do TJMA na internet, em ícone próprio e destacado na parte inferior, com a denominação “Balcão Virtual”, e ainda por meio do menu superior “Serviços”.

Basta o(a) interessado(a) clicar no link Balcão Virtual, a fim de localizar a secretaria ou diretoria judicial do primeiro ou segundo grau a que deseja se dirigir, preenchendo em seguida os dados solicitados, para, na sequência, aguardar a liberação a fim de ingressar na sala virtual, em ordem cronológica de acesso na plataforma.

No Judiciário maranhense, o Balcão Virtual foi regulamentado pela Portaria-Conjunta nº 102021, assinada pelo então presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e pelo então corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten – atual presidente do Tribunal –, para ampliar e facilitar os meios de acesso à Justiça em observância à Constituição Federal.

OPÇÕES

Em caso de indisponibilidade temporária da plataforma Balcão Virtual, por razões técnicas, o atendimento remoto deverá ser realizado por outros meios eletrônicos disponíveis, tais como e-mail e telefone, descritos no link “Telefones e e-mails”, na página inicial do TJMA na internet.

Havendo indisponibilidade de equipamentos periféricos, tais como câmera e microfone, o atendimento seguirá por meio da ferramenta chat (bate-papo), uma vez que a sala do Balcão Virtual permite essa interação.

NOVAS TECNOLOGIAS

O Balcão Virtual faz parte do programa de inovação Justiça 4.0, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva promover o acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

O atendimento pelo Balcão Virtual tem o objetivo de prestar informações relativas a processo judicial em tramitação na unidade, observados os regramentos inerentes ao segredo de justiça e ao sigilo processual.

A plataforma não substitui o peticionamento por meio dos sistemas disponibilizados pelo Poder Judiciário do Maranhão, sendo vedado o seu uso para o protocolo de petições e para atendimento pelos gabinetes dos magistrados.

O “Balcão Virtual” – normatizado pela Portaria Conjunta nº 102021 e Resolução CNJ nº 372 – deve ser incentivado por magistradas, magistrados, servidoras e servidores.

A ferramenta também considera a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 372/2021, que regulamenta a criação da plataforma de videoconferência denominada Balcão Virtual nos tribunais do país.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
11/01/2023 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Balcão virtual segue em atendimento durante suspensão de prazos processuais

Balcão virtual segue em atendimento durante suspensão de prazos processuais

11/01/2023 08:06:03

Embora os prazos processuais estejam suspensos até 20 de janeiro, período no qual não são realizadas audiências e sessões de julgamento, como previsto no artigo 220 do Código de Processo Civil, advogados, advogadas, partes e interessados(as) podem contar com o atendimento de informações relativas a processos judiciais por meio da plataforma de videoconferência Balcão Virtual, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Desde segunda-feira, dia 9, com a retomada do expediente normal, após o recesso forense do Poder Judiciário, o sistema retomou sua atividade, por meio do qual as secretarias e diretorias judiciais de primeiro e de segundo graus prestam atendimento ao público em geral de forma similar ao atendimento pelo balcão comum, com acesso remoto e imediato dos usuários aos serviços da Justiça.

O acesso à plataforma está disponível ao público das 8h às 18h, na página inicial do TJMA na internet, em ícone próprio e destacado na parte inferior, com a denominação "Balcão Virtual", e ainda por meio do menu superior "Serviços".

Basta o(a) interessado(a) clicar no link Balcão Virtual, a fim de localizar a secretaria ou diretoria judicial do primeiro ou segundo grau a que deseja se dirigir, preenchendo em seguida os dados solicitados, para, na sequência, aguardar a liberação a fim de ingressar na sala virtual, em ordem cronológica de acesso na plataforma.

No Judiciário maranhense, o Balcão Virtual foi regulamentado pela Portaria-Conjunta nº 102021, assinada pelo então presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e pelo então corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten - atual presidente do Tribunal -, para ampliar e facilitar os meios de acesso à Justiça em observância à Constituição Federal.

O diretor judiciário do TJMA, Laércio Amaral, recorda que o Balcão Virtual foi lançado em 2021 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para todos os tribunais do país, como uma modalidade de atendimento telepresencial.

"No Tribunal de Justiça do Maranhão, nós podemos considerar como uma experiência exitosa em vários aspectos, dentro de uma política de proximidade do Tribunal de Justiça com o cidadão, com o operador do Direito - advogados e advogadas -, partes interessadas. É uma videochamada, uma humanização do atendimento, porque, diferentemente da modalidade do telefone, o Balcão Virtual possibilita a visualização de quem está buscando informações processuais com aquele que está atendendo, com aquele que está prestando as informações, servindo ao público. Então há uma humanização do atendimento", avalia.

Outro critério de êxito, segundo o diretor, é na questão da sustentabilidade, porque reduz o número de pessoas que se deslocam até o Tribunal de Justiça, até as unidades, para serem atendidas.

"Essas pessoas podem ser atendidas de qualquer lugar do mundo, através dessa chamada de vídeo pelo Balcão Virtual, evitando, assim, custos maiores para o cidadão e evitando também a poluição, com menos emissão de gás carbônico, são menos pessoas se deslocando, utilizando automóveis, enfim, consumindo os recursos naturais do planeta", acrescentou.

OPÇÕES

Em caso de indisponibilidade temporária da plataforma Balcão Virtual, por razões técnicas, o atendimento remoto deverá ser realizado por outros meios eletrônicos disponíveis, tais como e-mail e telefone, descritos no link "Telefones e e-mails", na página inicial do TJMA na internet.

Havendo indisponibilidade de equipamentos periféricos, tais como câmera e microfone, o atendimento seguirá por meio da ferramenta chat (bate-papo), uma vez que a sala do Balcão Virtual permite essa interação.

NOVAS TECNOLOGIAS

O Balcão Virtual faz parte do programa de inovação Justiça 4.0, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva promover o acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

O atendimento pelo Balcão Virtual tem o objetivo de prestar informações relativas a processo judicial em tramitação na unidade, observados os regramentos inerentes ao segredo de justiça e ao sigilo processual.

A plataforma não substitui o peticionamento por meio dos sistemas disponibilizados pelo Poder Judiciário do Maranhão, sendo vedado o seu uso para o protocolo de petições e para atendimento pelos gabinetes dos magistrados.

O "Balcão Virtual" - normatizado pela Portaria Conjunta nº 102021 e Resolução CNJ nº 372 - deve ser incentivado por magistradas, magistrados, servidoras e servidores.

A ferramenta também considera a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 372/2021, que regulamenta a criação da plataforma de videoconferência denominada Balcão Virtual nos tribunais do país.

População pode solucionar conflitos por meio da conciliação

11/01/2023 00:01:00

A conciliação é uma solução permanente e adequada de conflitos, disponível todos os dias, nos tribunais do país, para toda a população. É um método rápido, simples, gratuito e efetivo de resolução de demandas, com ou sem processos judiciais (ações na Justiça).

Diversas questões podem ser solucionadas por meio da conciliação, tais como: pensão alimentícia, guarda de filhos, divórcio, partilha de bens; renegociação de dívidas; danos morais; questões de vizinhança, dentre outras.

O procedimento possui inúmeras vantagens: é mais rápido e menos burocrático; evita desgastes emocionais com processos judiciais; a solução é construída pelas próprias partes; evita o ingresso de novas ações na Justiça.

Durante uma sessão de conciliação, o conciliador ou conciliadora busca dialogar e aproximar as partes, oferecendo alternativas viáveis para a solução das demandas. As audiências acontecem de forma presencial ou por videoconferência. O acordo, firmado pelas partes, tem força judicial, sendo homologado, posteriormente, por um juiz ou juíza.

COMO AGENDAR UMA CONCILIAÇÃO

Caso você tenha interesse em solucionar uma demanda por meio da conciliação - sem processo judicial ou com ação judicial - existem três formas de agendamento: presencial, on-line ou por telefone.

Presencialmente, quando não há um processo, basta procurar um Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) para agendar uma sessão. Para saber onde estão localizados os Cejusc's, distribuídos em todo o Estado do Maranhão, basta acessar o Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), no perfil "Cidadão", área "Conciliação", em "Centros de Conciliação" (https://www.tjma.jus.br/midia/conciliacao/pagina/hotsite/503617)

Quando já existe uma ação judicial, é só se dirigir à unidade jurisdicional onde está tramitando o processo e comunicar ao servidor ou servidora que deseja fazer um acordo. O tribunal ou vara entrará em contato com a outra parte para agendar uma audiência de conciliação, caso também haja interesse em negociar a questão.

De forma on-line, é possível solicitar uma audiência de conciliação em formulário eletrônico, disponível no Portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), no perfil "Cidadão", em seguida, clicar em "Agendamento de Conciliação", onde será possível registrar o pedido de conciliação e escolher um Centro de Solução de Conflitos onde acontecerá a audiência processual ou pré-processual.
https://sistemas.tjma.jus.br/attende/xhtml/frmFormularioEletronicoConciliacaoEmpresas.jsf

A terceira forma de agendamento é por meio do Telejudiciário 0800-7071581 ou (98) 3194-5555. Durante a ligação, será feito o agendamento de uma audiência de conciliação em um dos Cejusc"s da capital ou do Estado.

Advogados e advogadas também podem cadastrar as demandas pré-processuais, diretamente no sistema Processo Judicial eletrônico (PJe), escolhendo o Cejusc e as classes judiciais "Reclamação Pré-Processual" ou "Homologação da Transação Extrajudicial".

POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO

Em 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesses, mais conhecida por política de conciliação, com o intuito de ampliar o acesso da população à Justiça e desafogar o Poder Judiciário.

Em 2016, o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105-15) ampliou os mecanismos para a solidificação da busca por soluções consensuais, devendo ser estimulada por todos os operadores do Direito.

A técnica é norteada por princípios como informalidade, economia processual, celeridade, simplicidade, oralidade e flexibilidade processual.